



A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Francisco Igo Leite Soares, (UFOPA)¹
francisco.soares@ufopa.edu.br

Francisco Hélio Neto Bezerra, (ULBRA)²
fcoheliobezerra@gmail.com

Maria da Luz Duarte Leite Silva, (UFRN)³
lulinhaduarte@gmail.com

Glauce Vitor da Silva, (UFOPA)⁴
glauce.silva@ufopa.edu.br

RESUMO: Este artigo tem por desiderato compreender como os professores de uma instituição de ensino fundamental de Alenquer/PA, concebem a inclusão de alunos especiais, e como procedem ao se depararem com esses alunos em sala de aula. Para tanto, elaboramos um questionário com indagações abertas, que foi aplicado a cinco professores da escola pesquisada. Como respaldo teórico, nos embasamos nos trabalhos de Brasil (1998, 1993, 2006), Mantoan e Prieto (2006), Carneiro (1997), UNESCO (1994), Gavioli (2000), Martins (1999), Stobaus (2006), Mazzotta (1992), dentre outros. Como resultado, observamos que as posições dos professores no que diz respeito à compreensão da inclusão de alunos especiais deixa a desejar, bem como a escola não está preparada para receber esses alunos, ocasionando desarticulação entre teoria e a prática.

PALAVRAS CHAVES: Alunos. Inclusão escolar. Professores. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: This article aims to understand how the teachers of an elementary school in Alenquer / PA conceive the inclusion of special students, and how they come across these students in the classroom. To this end, we designed a questionnaire with open questions, which was applied to five teachers of the school surveyed. As theoretical support, we are based on the works of Brazil (1998, 1993, 2006), Mantoan and Prieto (2006), Carneiro (1997), UNESCO (1994), Gavioli (2000), Martins (1999), Stobaus (2006), Mazzotta (1992), among others. As a result, we observed that the teachers' positions regarding the comprehension of the inclusion of special pupils are not suitable, as well as the school is not prepared to receive these pupils, causing a disarticulation between theory and practice.

¹ Licenciado em Pedagogia – Ulbra (Universidade Luterana do Brasil); Pós-graduado em Docência do Ensino Superior e EaD – FAEL (Faculdade Educacional da LAPA) – Servidor Técnico atuando na Coordenação Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa

² Licenciado em Pedagogia – Ulbra (Universidade Luterana do Brasil); Pós-graduado em Docência do Ensino Superior e EaD – FAEL (Faculdade Educacional da LAPA) – Servidor Técnico atuando na Coordenação Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa

³ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação, em Estudos da Linguagem (PPgEL), do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Linha de pesquisa: Poéticas da Modernidade e da Pós-Modernidade.

⁴ Mestra em Ciências Ambientais pela UEPA-PA. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.



KEYWORDS: Students. School inclusion. Teachers. Pedagogical practices

1. Introdução

A escola no seu percurso histórico se caracterizou pela visão de educação que demarca a escolarização como privilégio de um grupo, legitimando um tipo de exclusão apoiada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. Assim sendo, o processo de democratização da educação, vem ratificando o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo sujeitos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. O que observamos é que, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de separação e integração implicando na seletividade, e conseqüentemente no fracasso escolar de alunos especiais.

A inclusão deve ser vista na atualidade mais que uma proposta escolar, e sim, deve ser concebida como uma causa social, que se configura também como uma luta por uma escola para todos, sustentada no paradigma da importância de educar para a pluralidade, para a convivência numa sociedade diversificada, na qual o encontro das diferenças físicas, culturais, ideológicas, entre outras, é condição primeira para a transformação de toda sociedade.

Seguindo essa linha de pensamento, entendemos que a implementação de uma política de inclusão escolar é premissa urgente, visto que, por muito tempo a história da Educação Especial ficou distante no campo escolar, pois, compreendia-se então que esta modalidade educacional era restrita ao tratamento médico de crianças com necessidades especiais, antes denominadas de seres deficientes. Esta classificação por muito tempo excluiu as crianças das escolas, tinham uma vida social diferenciada das demais, pois, acreditava-se ainda que a escola fosse para crianças ditas “normais”.

Verificamos que a inclusão surgiu como uma maneira de amenizar a exclusão, não só escolar, mas social de sujeitos portadores de necessidades especiais. No entanto, vemos que a escola, e professores precisam criar condições para transformar a escola regular numa escola inclusiva, de modo que ao receber a criança especial saiba como proceder para que se socializem naturalmente com as demais crianças. Nos debates



atuais sobre a inclusão, se tem apresentado que a escola precisa estar ciente do desafio de encontrar maneiras eficazes para proporcionar tanto o acesso, como a permanência dos alunos especiais na modalidade normal de ensino.

Vale lembrar que, esta pesquisa partiu também da necessidade de conhecermos como o protótipo da inclusão está sendo discutido, e/ou inserido em uma escola municipal de Alenquer/PA. Para tanto, procuramos observar se a proposta pedagógica da escola pesquisada contempla como objetivo a educação inclusiva. Para alcançar nosso foco, realizamos questionários com perguntas abertas, além de observarmos a prática pedagógica dos professores questionados. A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

A partir do discutido, ou melhor, do pretendido, indagamos: Mas o que é de fato a inclusão? O que leva os sujeitos a terem entendimentos e significados tão diferentes? Cabe aqui tecer algumas reflexões, pois dessa forma estar-se contribuindo para uma prática menos segregacionista e preconceituosa. Sabemos que, o adjetivo "inclusivo", é usado quando se busca a qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência. Percebemos que o termo inclusão já trás em si a ideia de exclusão, pois sabemos que só é possível incluir alguém que já foi excluído. Assim sendo, a inclusão está respaldada na dialética inclusão/ exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos.

Caminhando por essa lógica, para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o significado que se está atribuindo à educação, além de atualizar as concepções que se tem, e, resignificar o processo de construção de todo o sujeito, compreendendo a complexidade, bem como, a amplitude que envolve essa temática.

Necessário se faz ainda, que haja uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais onde se centra mais no aprendiz, levando em consideração suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, possibilitando dessa forma, favorecer os alunos especiais. A partir disso, consideramos de grande importância discutir a respeito da educação especial no Brasil, de modo a podermos compreender o percurso estudantil dos alunos especiais.



2. Tecendo sobre a abordagem histórica da educação especial no Brasil

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857 Instituto Nacional da Educação dos Surdos, ambos no Rio de Janeiro. Foi no início do século XX, que implantaram o Instituto Pestalozzi (1926) especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental; e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e em 1945, Helena Antipoff cria na Sociedade Pestalozzi o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas superdotadas.

No entanto, foi em 1961, que o atendimento educacional às pessoas com deficiência firma-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61, que reza sobre o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro da modalidade normal de ensino. E com a Lei nº. 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, definindo o ‘tratamento especial’ para os alunos com deficiências físicas, mentais, e os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, mas, mesmo assim, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais acabando por reforçar o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

A partir disso, começou-se a perceber que a discursão sobre a educação especial estava em pauta, pois em 1973, é criado no MEC - Ministério da Educação e Cultura, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela administração da educação especial no Brasil, que, sob a perspectiva integracionista, impulsionou ações educacionais direcionadas às pessoas com deficiência, e superdotação; sendo sustentadas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Mas mesmo assim, não se efetivou uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos com deficiência.

Mas, é com a Constituição Federal de 1988 que percebemos que um dos seus objetivos fundamentais, era “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”- art.3º inciso IV.

Determinando, ainda no artigo 205, que a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento do sujeito, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios norteadores para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino - art. 208.

Só a partir, do final do século XX, presenciamos variadas discursões acerca da Educação Especial no Brasil, com foco mais democrático, vendo as crianças especiais, como cidadãos, que tem direito aos serviços e benefícios usufruídos pelas demais pessoas. Conforme postula Martins (1999, p. 135): [...] o dualismo educacional (ensino regular e ensino especializado) não tem razão de existir. Ou seja, na atualidade não deve existir barreiras que distanciem pessoas deficientes e normais. Daí a escola regular não pode servir-se de modelos segregados, mas sim, deve incluir no seu currículo, novas metodologias, para atender aos alunos especiais com eficiência e eficácia. Só assim, o aluno será visto como um sujeito do conhecimento, capaz de aprender a aprender.

Na segunda metade da década de 90, a Educação Especial no Brasil teve um respaldo legal pela LBD, Lei nº 9394/96, em capítulo V e artigo 58: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Observamos, que mesmo tendo um enfoque inclusivo, essa Lei deixa espaços para possíveis segregações, quando reafirma o caráter especializado para as crianças que não conseguirem integração nas classes comuns de ensino regular (art. 58, § 3º, Lei nº 9394/96 de 1996).

Percebemos que mesmo respaldada legalmente, a educação especial ainda conservava aspectos históricos segregatórios, permitindo o isolamento de crianças por motivos de não adaptação e por ainda não garantir métodos, e técnicas educativas e organização institucional, que assegure o atendimento as necessidades específicas da criança especial.

Mesmo assim, verificamos que nos últimos anos vem ocorrendo mudanças no que se refere ao atendimento as crianças especiais na modalidade de ensino normal.

Esse fato é apresentado por Stobaus (2006, p. 9) quando ressalta que: “[...] nas últimas três décadas têm testemunhado as mudanças e progressos ocorridos no mundo em relação à Educação Especial”.

Vemos que se vem intencionando desenvolver métodos de ensinos eficazes para a intervenção de crianças especiais. Estes propósitos e mudanças implicam em encaminhar um modelo educacional capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como ferramentas positivas para a pluralidade cultural e o respeito aos direitos humanos, que defende também o direito a educação.

Diante dos questionamentos a respeito da inclusão, observamos que vem surgindo no Brasil escolas inclusivas para atenderem as crianças portadoras de necessidades especiais, numa perspectiva de garantir o atendimento à diversidade humana, respaldada pelos paradigmas da Constituição Federal de 1988, amparando a necessidade de promover políticas públicas que assegurem a Educação Especial à efetividade de padrões educativos igualitários, protegendo as crianças com necessidades especiais de qualquer tipo de preconceito e de outras formas de discriminação. Esses paradigmas legais deram respaldo legal a educação inclusiva como política pública para a proteção a educação especial, como modalidade educativa de direito e respeito à diversidade humana.

3. Aspectos teóricos da educação inclusiva

A Educação Especial está pautada na criação do Decreto nº 6.949/2009 da ONU- Organização das Nações Unidas, a qual ratifica sobre os direitos das pessoas com deficiências adotando o paradigma da Educação Inclusiva com defesa ao direito da criança especial frequentar e permanecer na escola regular, interagindo na construção do conhecimento.

Assim percebida e compreendida, a escola inclusiva deve assumir um caráter de educação como um direito de todos não somente de acesso à escola regular, mas de respeito à diversidade humana, dando direito à criança especial de aprender e interagir junto aos demais como cidadãos comuns. Nesse sentido, tomando os postulados de Oliveira (2004), percebemos que esta se rompe com a situação de exclusão e de



discriminação que os sujeitos com necessidades especiais vivem no contexto educacional e social.

O modelo da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar, sugerindo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Entretanto, o paradigma da segregação apresenta-se com bastante consistência, bem como enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados. O que enfraquece a inclusão desses alunos na escola normal, bem como privando de interagirem com aprendentes ditos normais.

4. A educação inclusiva: perspectiva de uma escola para todos

Diante das mudanças socialmente ocorridas depois da década de 90, o Brasil passou a repensar o paradigma da escola inclusiva, tendo como público principal, os alunos da educação especial, que antes participavam de um processo social e educativo segregado.

Por isso, o paradigma da educação para todos, parte do princípio de que a heterogeneidade produz troca recíproca de culturas e de aprendizagens, onde todos devem ter acesso ao saber, reconhecendo que o ser humano é diverso e, ao mesmo tempo único, e que cada pessoa é especial, tem suas limitações, habilidades e valores diferentes as quais na interação podem ser superados ou aprimorados se houver o respeito na convivência com os portadores de necessidades especiais.

Assim, o paradigma de educação para todos, traz a compreensão de uma educação inclusiva. Assim sendo, a escola que atende somente a alunos normais não pode existir numa sociedade que defende os direitos humanos tendo como lema a educação para todos. Portanto, se deve considerar a inclusão como fazendo parte do discurso e da prática escolar, pois a instituição escolar deve preparar o aluno para a vida, seja ele portador de deficiência ou não. Para Stabaus (2006), ensinar deve ser entendido como o encontro com o outro e a inclusão escolar deve provocar mudança de atitude diante do outro. Isso implica em reconhecer que lidar com o diferente requer que se ofereçam novas e variadas possibilidades de aprendizagens, uma vez entendido que, é



papel da escola na atualidade, conceber o ato de aprender como um movimento recíproco, onde todos são sujeitos dotados de habilidades e competências interagem na construção do seu próprio conhecimento. Assim sendo, a escola inclusiva deve ser vista como um espaço de reconhecimento de que a igualdade de aprender deve ser concebida como ponto de partida, e as diferenças no processo de aquisição do conhecimento como ponto de chegada.

Vale destacar que, o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, que tem como premissa: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem". No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, refere-se sobre estar "preferencialmente" incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as especificidades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A Resolução nº 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. No entanto a realidade desse processo inclusivo diverge do que se propõe na legislação e requer variadas discussões relativas ao tema.

Por fim, a inclusão possibilita inúmeros questionamentos aos educadores e estudiosos que atuam e estudam nessa área. Por isso, consideramos necessário avaliar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o termo inclusão. Outro fato a ser considerado é o papel do educador, pois não é fácil repensar sobre o que estar-se acostumados a fazer, pois a escola, muitas vezes está preparada para trabalhar com a homogeneidade e não com a diversidade.

5. Análise dos dados: a realidade

Sabemos que a inclusão, teve início na década de oitenta e consolidou-se nos anos noventa, surgindo como um modelo social onde é papel da escola contribuir para que os alunos especiais sejam inseridos na sociedade como seres capazes de viver com os outros, uma vez incluídas nessa sociedade em modificação, poderão ser atendidas nas suas necessidades comuns e especiais.

A inclusão é, pois uma atitude, uma convicção. Não é uma ação ou um conjunto de ações. É um novo modo de vida, um modo de se viver em conjunto, fundados na certeza de que cada sujeito é respeitado e pertence a um grupo social. Ou seja, uma escola inclusiva é uma instituição educacional na qual todos os recursos disponíveis são utilizados cooperativamente para satisfazer as necessidades educacionais de todas as crianças que a frequentam. Isso implica dizer que as escolas inclusivas terão que ter uma gestão pedagógica que contemple a inserção de alunos especiais. Daí, a necessidade de se planejar a prática de sala de aula em conformidade com os programas de educação inclusiva.

Partido desse entendimento propomo-nos conhecer a compreensão do professor pesquisado acerca do que entende sobre como deve ocorrer a inclusão escolar de alunos especiais, tivemos como resposta do professor (p1).

A inclusão deve ocorrer dentro de um ambiente, onde as pessoas estão preparadas para lidar com alunos que apresentem deficiências, ou seja, com perfil próprio, com suas competências e incompetências. (p 1).

Percebemos que o professor (p1) compreende o que seja inclusão, pois é conhecedor do discurso, apresentado na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que determina que cabe às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001). Sabemos que as crianças portadoras de necessidades especiais, apresentam deficiências e também competências, pois, destaca que se deve considerar as particularidades, isso é percebido quando coloca que os alunos especiais apresentam o seu próprio perfil.

Assim compreendido, buscamos entender quais são os principais desafios para a Educação Inclusiva, obtivemos como resposta do professor (p5).

Que os profissionais de educação sejam preparados para receber esses alunos, bem como, as escolas disponham de materiais pedagógicos para adequar a metodologia para esses alunos. É necessário também que haja maior flexibilidade e diversificação da oferta educativa e que o currículo seja amplo e flexível, bem como é indispensável que se adote critérios e procedimentos flexíveis de avaliação e promoção desses alunos.

O professor destaca como principais desafios para atender aos alunos especiais a formação dos profissionais da educação, o que se percebe que ele é ciente de que não basta somente o professor ser capacitado, mas todos da escola, além de destacar a importância da flexibilidade do currículo e da avaliação de modo a não prejudicar esse aluno.

Podemos dizer que o professor (p5), é conhecedor das mudanças, destacadas pelas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, com base na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que determina que os sistemas de ensino deve matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Ao procurarmos saber qual o papel do educador na Educação Inclusiva? O professor (p2) respondeu.

O papel do educador na educação inclusiva é de facilitador ou mediador do processo de aprendizagem do aluno especial. Só que não estamos preparados para desenvolver estratégias de ensino diversificadas. Acabando por prejudicar o desenvolvimento dessas crianças.

Na fala desse professor parece que ele é ciente de que a má aplicação de metodologias em sala de aula de alunos especiais pode prejudica-lo, visto que em sua fala o papel do professor é de grande importância na mediação do saber. O que se faz necessário recorrermos ao que apresenta Matoan e Pietro (2006, p. 22), ao que é certo

nas classes de alunos especiais: “[...] é que jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais.” Ou seja, o discurso do professor transparece a ideia de que como mediador do aluno com o conhecimento o professor deve está preparado pedagogicamente, principalmente no que se refere a alunos especiais.

Ao indagarmos sobre quais as Práticas Pedagógicas que devem ser adotadas em Escola Inclusiva, o professor (p.4), respondeu.

Deve-se primeiramente adaptar as metodologias ao nível dos alunos; organizar o tempo para incluir as atividades destinadas ao atendimento especializado no horário de aula e em atividades extraclasse; adaptar as avaliações considerando as individualidades; definir o nível de competência curricular do educando, bem como a identificação dos fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem.

Na resposta do professor (p4) no que se refere às metodologias que devem ser utilizadas em classe de alunos especiais, demonstra que a escola é que deve se adaptar a esses alunos, e não como se costumava ver, os alunos é que tinham que se adaptar a escola, acabando muitas vezes em evasão, visto que as suas particularidades não permitia acompanhar o aluno dito “normal”. Além disso, conforme sugere o professor, as avaliações, e o currículo devem também, serem adaptados para que os alunos especiais usufruam da escola para o seu desenvolvimento cognitivo. Matoan e Pietro (2006, p. 27), Apresentam que “Tanto as escolas especiais quanto as comuns precisam se organizar o atendimento que dispensam a seus alunos”. Assim, essa professora parece conhecedora da importância de metodologias diversificada como fator necessário a produção do conhecimento aos alunos especiais.

Ao perguntarmos se nas escolas em que leciona os professores e demais funcionários estão preparados para atender ao aluno especial? Ele ressaltou.

Não, pois a pesar de ser conhecedor do que é inclusão, e do que é necessário não temos formação suficiente para desenvolver uma prática pedagógica para esses alunos, visto que, quando aparece um curso para lidar com alunos especiais geralmente as vagas são poucas, o que dificulta a nossa formação, sem contar que as formações se



restringem apenas aos professores, e os que fazem parte da escola, como diretor, vice, pessoal de apoio ficam a margem.

Analisando a resposta do professor (p1) percebemos que ele tem consciência da importância da formação de toda equipe escolar para o desenvolvimento de uma aprendizagem que o aluno especial tem direito. Mas apresenta que a formação é restrita apenas aos professores, e ainda aponta que as vagas para formação quando surge são restritas deixando a desejar.

Presumimos assim, que os professores entrevistados, reconhecem que crianças portadoras de necessidades especiais são pessoas que merecem atenção especializada, uma vez que precisam por direito usufruir das mesmas condições das demais crianças tendo oportunidade para desenvolver-se de acordo com suas capacidades e limitações, além de merecerem serem respeitadas e mediadas corretamente.

Considerações finais

Percebemos que a abertura das escolas de modalidade normais para alunos com necessidades especiais, devem respeitar às diferenças desenvolver metodologias diversificadas que supram as deficiências do aluno especial, pois a inclusão deve propor o rompimento das fronteiras entre as disciplinas, o saber e a realidade de cada criança, o que implica no reconhecimento à diversidade.

Logo, observamos que o maior desafio da educação inclusiva, é construir dentro da escola regular, um projeto de ensino inclusivo, bem como aprender a lidar com as crianças especiais e fazê-las aprender, considerando as condições individuais e suas limitações. Para tanto, é necessário a formação de toda a equipe escolar, de modo a promover um ensino inclusivo. Só dessa maneira, estar-se combatendo os contrassensos a respeito da inclusão, dando o sentido a escola inclusiva demandada pela sociedade atual.

Por fim, o que constatamos é que os professores pesquisados precisam procurar incorporar o conhecimento teórico em sua prática pedagógica, desenvolvendo a flexibilidade como forma de repensar a sua metodologia, de modo, a saber, como lidar



com alunos especiais na modalidade normal de ensino. Observamos que, só o teórico não possibilita a inserção do aluno com necessidades especiais de maneira eficaz na escola normal, mas sim, tem-se que relacionar teoria e prática de modo a não excluir esse aluno.

Os professores pesquisados são cientes do que seja a inclusão escolar de alunos especiais, mas não sabem lidar com esses alunos, o que sugere que eles precisam urgentemente redirecionar seu fazer pedagógico a partir do refletir teórico/prático, bem como buscar uma formação que atenda a essa inserção, visto que as diferenças devem servir para os educadores procurarem saídas para desenvolver a participação ativa dos alunos com deficiência. Ao adaptar a sua metodologia para incluir esse aluno, o educador proporciona a esse aluno a experimentação de aprender em interação com alunos ditos normais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9394/96. Apresentação Esther Grossi. 3 ed. Rio de Janeiro, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. II. Título: Saberes e práticas da inclusão: Introdução**. MEC/SEESP, 2005, Brasília.
- BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil para educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARNEIRO, M. S. C. A. **A integralização de alunos considerados especiais nas redes públicas de ensino – um olhar Vygostskyano**. In: ABRAMOWICZ, A. et. Para além do fracasso escolar. Campinas: papiros, 1997.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Enquadramento da Ação: Necessidades educativas especiais**. In: **Conferencia Mundial sobre NEE: Acesso e Qualidade – UNESCO**. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.
- Ministério da Justiça - **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS** - Brasília, corde, 1997.
- MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1992.
- MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar**: (org) Maria Tereza eglér, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim. – São Paulo: Summus, 2006.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 10 • Número 28 • Jul 2019

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da diferença e da exclusão Social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Recebido Para Publicação em 14 de outubro de 2019.
Aprovado Para Publicação em 30 de novembro de 2019.